



ORIENTAÇÕES AOS PARTICIPANTES DO EVENTO

Brasília – DF



ENFAM
ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO
E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS
MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA



1. INFORMAÇÕES GERAIS

Categoria: Evento de aperfeiçoamento - Seminário

Realização: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), Fundação Konrad Adenauer (KAS) e Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça (SDH/MJ)

Data de realização: 31 de março de 2017 (sexta-feira)

Inscrições: de 6 de fevereiro a 22 de março de 2017

Vagas previstas: de 300 a 480

Carga horária prevista: 8 horas

Público: magistrados, servidores e estudantes

Local: Auditório Externo do Superior Tribunal de Justiça– Brasília/DF

Direção da Enfam (Gestão 2016-2018)

Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**
Diretora-Geral

Ministro **Napoleão Nunes Maia Filho**
Vice-Diretor

Carl Olav Smith
Secretário-Geral

Alessandra Cristina de Jesus Teixeira
Secretária-Executiva

Coordenação-Geral e Realização

Ministra **Maria Thereza de Assis Moura (Enfam)**
Diretora da Fundação Konrad **Adenauer Marie-Christine Fuchs (KAS)**

Coordenação Técnico-Científica

Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça **Flávia Piovesan**



2. OBJETIVOS

O seminário internacional tem por objetivo geral intensificar o diálogo entre jurisdições, visando ao fortalecimento da proteção dos Direitos Humanos, contribuindo ainda para o aperfeiçoamento do magistrado no que se refere à importância da jurisprudência internacional no campo dos Direitos Humanos. Objetiva ainda a aplicação e a inserção de conhecimento, valores e práticas convergentes com os Direitos Humanos.

3. JUSTIFICATIVA

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), criada pela Emenda Constitucional n. 45/2004, é a instituição brasileira competente para (i) regulamentar, habilitar, autorizar e fiscalizar cursos oficiais para ingresso, vitaliciamento, promoção e formação continuada na carreira da magistratura; (ii) definir as diretrizes básicas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados; (iii) fomentar pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional; (iv) promover a cooperação entre entidades nacionais e estrangeiras ligadas ao ensino, pesquisa e extensão e (v) promover a realização de cursos inerentes aos objetivos da magistratura nacional, com ênfase na formação humanística. Ademais, deve contribuir para o aprimoramento dos serviços judiciais, a partir de ações educacionais voltadas à formação profissional dos educadores atuantes na formação dos magistrados brasileiros.

O objetivo do evento é estimular reflexões a respeito do diálogo entre as Cortes no fortalecimento da proteção dos Direitos Humanos, considerando os sistemas regionais, europeu e interamericano, bem como o enfoque do Direito Comparado latino-americano. Ambiciona-se contribuir para a formação de magistrados com ênfase na incorporação de parâmetros protetivos internacionais de Direitos Humanos, seja no tocante aos instrumentos internacionais, seja no tocante à jurisprudência internacional, com vistas ao aprimoramento da proteção judicial dos Direitos Humanos.

O seminário proposto constitui uma relevante iniciativa para intensificar o diálogo entre cortes nacionais e regionais, compreendendo ainda o diálogo entre latino-americanas, visando à proteção dos Direitos Humanos. Especial destaque será conferido ao impacto da jurisprudência interamericana na proteção de Direitos Humanos nas Américas, bem como ao impacto da jurisprudência europeia dos Direitos Humanos na Europa, com alusão a casos concretos que permitiram a



adoção de novos marcos legislativos e políticas públicas em prol dos Direitos Humanos.

Será ainda estimulado o intercâmbio de experiências entre as cortes latino-americanas, no que se refere à jurisprudência protetiva de Direitos Humanos.

Cada painel será integrado por juízes das cortes regionais europeia e interamericana, bem como das cortes latino-americanas.

Serão ainda convidados professores autores de obras tomadas como referência em cada tema.

Na abertura, a conferência inicial será proferida pelo Juiz **Roberto de Figueiredo Caldas**, atual presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No **Painel 1**, intitulado “Sistema Interamericano e o controle de convencionalidade”, participarão o Ministro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, do STF/STJ/TST, **Victor Bazán**, XXXXXXXXXXXXXXXX (Argentina) e **Humberto Sierra**, ex-Magistrado da Corte Constitucional colombiana e atualmente juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No **Painel 2**, intitulado “Sistema Interamericano e o impacto de sua jurisprudência”, participarão o Ministro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, do STF/STJ/TST, **Mariela Antoniazzi Morales**, investigadora sênior do Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law e Doutora em Direito pela Universidade Goethe de Frankfurt, e **Sergio Garcia Ramírez**, XXXXXXXXXXXXXXXX(México).

No **Painel 3**, intitulado “Diálogo entre Cortes e a experiência do controle de convencionalidade na América Latina e Europa”, participarão o Ministro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, do STF/STJ/TST, o juiz português **Paulo Pinto Albuquerque**, da Corte Europeia de Direitos Humanos, e **Roberto de Figueiredo Caldas**, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Por fim, a Conferência Magna será ministrada pelo Ministro **Luís Roberto Barroso**, do Supremo Tribunal Federal.

4. CURRÍCULOS DOS EXPOSITORES

Cármem Lúcia – atual presidente do Supremo Tribunal Federal; formada em Direito na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais; foi Procuradora do Estado de Minas Gerais; é Professora Titular de Direito



Constitucional da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Coordenadora do Núcleo de Direito Constitucional.

Laurita Vaz – atual Presidente do Superior Tribunal de Justiça; formada em Direito pela Universidade Católica de Goiás, Especialista em Direito Penal e Direito Agrário pela Universidade Católica de Goiás; foi Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás e Subprocuradora-Geral da Procuradoria da República.

Maria Thereza de Assis Moura – ministra do Superior Tribunal de Justiça e atual Diretora-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; formada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Doutora em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Especialização em Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Especialização em Direito Penal Econômico e Europeu pela Faculdade de Coimbra, Instituto de Direito Penal Econômico Europeu e IBCCRIM.

Alexandre de Moraes – atual Ministro da Justiça e Cidadania; formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Doutor e Livre-Docente pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; foi Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; é professor titular da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e da Escola Paulista da Magistratura, professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e professor pleno da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Flávia Piovesan – atual Secretária Especial de Direitos Humanos; formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; foi visiting fellow do Human Rights Program da Faculdade de Direito de Harvard e do Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford; Humboldt Foundation Georg Forster Research Fellow no Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law de 2009 a 2014, e visiting fellow do Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law de Heidelberg em 2007, 2008, 2015 e 2016; Procuradora licenciada do Estado de São Paulo; é professora doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nos programas de graduação e pós-graduação.

Marie-Christine Fuchs - Diretora do Programa Estado de Direito para América Latina da Fundação Konrad Adenauer; (especificar)

James Cavallaro - Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (a confirmar)



Mariela Antoniazzi Morales – atual investigadora do Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law de Heidelberg; formada em Direito pela Universidade Católica Andrés Bello, Mestre em Direito pela Universidade de Heidelberg, Doutora em Direito pela Universidade Goethe de Frankfurt; foi Consultora Jurídica do Consulado Geral da Venezuela em Frankfurt, Ministra do Interior, Secretária-Geral de Governo e Governadora encarregada do Estado Aragua, Diretora de Legislação e Jurisprudência do Ministério de Justiça; é professora do Heidelberg Center para América Latina da Universidade de Heidelberg.

Sergio García Ramírez (México)

Paulo Pinto Albuquerque – atual juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem; formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa; foi Juiz de Direito nos Tribunais Judiciais das comarcas de Sintra, Nelas e Lagos, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, Juízos Criminais de Lisboa e Varas Criminais de Lisboa; foi professor adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de Illinois; é professor associado com agregação da Universidade Católica Portuguesa.

Victor Bazán (Argentina)

Humberto Sierra – juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos; formado em Direito pela Universidade Externado da Colômbia, Especialista em Direito Constitucional e Ciência Política pelo Centro de Estudos Constitucionais de Madrid, Doutor em Direito Público, Ciência Política e Filosofia Jurídica pela Universidade Autónoma de Madrid, Doutor em Direito Honoris Causa pela Universidade Nacional de Rosário de Santa Fe; foi presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e Magistrado da Corte Constitucional; é Professor Titular da Universidade Externado da Colômbia e professor convidado da Universidade Autónoma de Madrid.

Roberto de Figueiredo Caldas – atual presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos; formado em Direito pela Universidade de Brasília, Mestre em Direito Público também pela Universidade de Brasília, Doutor em Direito Honoris Causa pela Faculdade São Luís do Maranhão e pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina, Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis; é advogado especialista em Ética, Direitos Humanos e Sociais, e Direito Constitucional e do Trabalho e sócio e presidente do Conselho Jurídico Administrativo do escritório Alino & Roberto e Advogados.

Luís Roberto Barroso – atual Ministro do Supremo Tribunal Federal; formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Yale, Doutor em Direito Público pela Universidade



do Estado do Rio de Janeiro, Livre-Docente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; foi visiting scholar da Faculdade de Direito de Harvard; foi Procurador do Estado do Rio de Janeiro e Assessor Jurídico da Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; é professor titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor visitante da Universidade de Brasília.

5. METODOLOGIA PROPOSTA

Exposição oral e debate entre expositores, com a possibilidade de abertura para questionamentos dos participantes ao final de cada painel.

Em cada painel, os expositores falarão por 20 minutos e haverá 15 minutos para debate entre eles e questionamentos dos participantes.

6. PROGRAMAÇÃO

8h - Credenciamento (duração 1h)

9h - Mesa de abertura (duração 1h)

- Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia (a confirmar)
- Superior Tribunal de Justiça, Ministra Laurita Vaz (a confirmar)
- Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Ministra Maria Thereza de Assis Moura - [confirmado](#)
- Ministério da Justiça e Cidadania, Ministro Alexandre de Moraes - [confirmado](#)
- Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretária Flávia Piovesan - [confirmado](#)
- Diretora do Programa Estado de Direito para América Latina da Fundação Konrad Adenauer, Marie-Christine Fuchs – [confirmado](#)
- (Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, James Cavallaro - a confirmar)

12h - Intervalo para almoço (duração 1h30)

10h - Painel 1 - Sistema Interamericano e o controle de convencionalidade (duração 2h)



Dia 31 de março de 2017

Diálogo entre Cortes: fortalecimento da proteção dos direitos humanos

- Presidente da Mesa: (Ministro do STF/STJ/TST - 20 min - *a confirmar*)
- Expositor(a): Victor Bazán (Argentina) - 20 min - [confirmado](#)
- Expositor(a): Humberto Sierra (Colômbia) - 20 min - [confirmado](#)
- Debate - 15 min

13h30 - Painel 2 - Sistema Interamericano e o impacto de sua jurisprudência (duração 2h)

- Presidente da Mesa: (Ministro do STJ/STJ/TST - 20 min - *a confirmar*)
- Expositor(a): Mariela Antoniazzi Morales (Venezuela) - 20 min - [confirmado](#)
- Expositor(a): Sergio García Ramírez (México) - 20 min - (*a confirmar*)
- Debate - 15 min

15h30 - Coffee Break (duração 30m)

16h - Painel 3 - Diálogo entre Cortes e a experiência do controle de convencionalidade na América Latina e Europa (duração 2h)

- Presidente da Mesa: (Ministro do STJ/STJ/TST - 20 min - *a confirmar*)
- Expositor(a): Paulo Pinto Albuquerque (Portugal) - 20 min - [confirmado](#)
- Expositor(a): Roberto de Figueiredo Caldas (Brasil) - 20 min - [confirmado](#)
- Debate - 15 min

18h – Palestra de encerramento - Ética, Direitos Humanos e o Poder Judiciário (duração 1h)

- Ministro Roberto Barroso - [confirmado](#)

19h - Encerramento



7. PROPOSTA AVALIATIVA

Sendo um seminário, não haverá avaliação de aprendizagem, mas sobre a realização do evento. A intenção é medir a satisfação dos participantes e o desenvolvimento dos trabalhos da Enfam, visando ao aprimoramento de ações educacionais futuras.

8. CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Os certificados serão emitidos e entregues após o evento, por meio eletrônico, conforme abaixo especificado:

- I. Presidentes de mesa e expositores;
- II. Magistrados;
- III. Demais participantes.

Para obtenção do certificado, a carga horária será computada de acordo com a programação e mediante verificação de registros de presença.

As situações não previstas neste documento serão submetidas à apreciação da coordenação do evento.